

AO ILUSTRÍSSIMO (A) PREGOEIRO (A) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO – ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

**REF.: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL DE PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 90.062/2024**

A empresa **SIEG APOIO ADMINISTRATIVO LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Rua José Merhy, 1266, com endereço eletrônico juridico@sieg-ad.com.br, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 06.213.683/0001-41, por intermédio do seu representante infra-assinado, vem tempestivamente e com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021, apresentar **PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS** em face do Edital em epígrafe, pelas razões de fato e de direito que passa a expor.

1) SÍNTESE FÁTICA

A Prefeitura Municipal, instaurou procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, cujo objeto é o " *REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO de Mobiliário Escolar, eletrodomésticos e eletroeletrônicos para atender as Unidades Escolares e a Secretaria Municipal de Educação do Município de Nova Friburgo, pelo período de 01 (um) ano*".

Todavia, ao analisarmos o diploma em questão, concluímos que as especificações técnicas do objeto nos geram dúvidas para elaboração de proposta, portanto, gostaríamos de esclarecer o que segue.

2) PRELIMINARMENTE

Informamos que o presente documento conta com assinatura digital, em conformidade com a Medida Provisória nº 2.200-2/01, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP - Brasil) e instituiu requisitos formais e técnicos, para a autenticação digital de documentos públicos ou privados, cujo integral cumprimento concede ao documento autenticado digitalmente o mesmo valor probatório dos originais (art. 2º-A, §2º da Lei nº 12.682/2012

3) DAS RAZÕES

Inicialmente, cumpre mencionar que o presente pleito pretende afastar, do procedimento licitatório, as exigências feitas em extrapolação ao disposto no Estatuto que disciplina o instituto das licitações. O pleito se justifica inclusive para evitar que ocorra alguma restrição desnecessária aos possíveis e capacitados licitantes, obstando a BUSCA DA CONTRATAÇÃO MAIS VANTAJOSA para Administração Pública.

3.1) DA AMOSTRA

É o Edital:

"No intuito de adquirirmos mobiliário de 1ª qualidade, oriundos de fontes renováveis/sustentáveis e que não agredam o meio ambiente e os usuários desses materiais, a Secretaria Municipal de Educação se reserva o direito de solicitar amostras e seus respectivos certificados para comprovar a qualidade do material licitado. 4.2.1. Antes da adjudicação, a Secretaria Municipal de Educação se reserva o direito de solicitar amostras, por catálogo, de sua qualidade para análise de aspecto visual, verificando o material no que se refere ao fornecimento, desempenho, qualidade e descrição do objeto, visando ao atendimento do interesse do órgão solicitante, a fim de garantir sua qualidade coincidindo com os dados da entrega das propostas com o fito de garantir as informações contidas nas especificações do edital; 4.2.2. As amostras serão avaliadas de acordo com as especificações do Termo de Referência pelo Coordenador do Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Educação; 4.2.3. As amostras, por catálogo, deverão ser encaminhadas no final do certame no período a ser indicado pela Comissão de Licitação e deverão estar devidamente identificadas com o nome do licitante, conter informações quanto às características (fabricante, certificado, data de fabricação e validade, composição, faixa etária etc.)".

Ocorre que, tais disposições carecem de fundamentos válidos, isto porque, alguns dos objetos ora licitados tratam-se de equipamentos avançados, como é o caso do item 35 (quadro fixo em vidro temperado) em que o envio da amostra se torna inviável.

Ressalta-se que o §3º do art. 17 e inciso II do art. 41 da Lei nº 14.133/21, definem que:

Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

*3º **Desde que previsto no edital**, na fase a que se refere o inciso IV do caput deste artigo, o órgão ou entidade licitante poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, **realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras**, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico.*

Art. 41. No caso de licitação que envolva o **fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:**

II - **exigir amostra** ou prova de conceito do bem no procedimento de pré-qualificação permanente, na fase de julgamento das propostas ou de lances, ou no período de vigência do contrato ou da ata de registro de preços, desde que previsto no edital da licitação e justificada a necessidade de sua apresentação;

Fica evidente que com o advento da nova Lei de Licitações, o dispositivo acima colacionado autoriza a exigência da amostra **apenas em casos excepcionais**.

A única finalidade de tal exigência é permitir que a Administração afira a compatibilidade material entre o objeto ofertado pelo licitante e a solução hábil a satisfazer sua necessidade, ou seja, se certificar de que o bem adjudicado pelo licitante atende a todas as condições e especificações técnicas indicadas na descrição constante no edital.

É por esta razão que, somente há que se falar em necessidade de apresentação de amostra, quando uma análise meramente formal da proposta contra o edital não é suficiente para conferir segurança à Administração no que tange a adequação do objeto ofertado pelo particular.

Ora, no presente caso, **tal comparação ante o edital pode ser facilmente realizada através de catálogos técnicos, preferencialmente do site do fabricante do equipamento, que contém todas as especificações do equipamento, permitindo, assim, um julgamento objetivo, tal como exige a lei.**

No caso em tela, o item 35 trata-se de quadros em vidro temperado, equipamentos de alto valor, e enviar um equipamento para a amostra e depois recolhê-lo inviabilizaria a

oportunidade de diversos licitantes, tendo em vista o elevado custo de transporte de tais equipamentos.

Além disso, é notório que o licitante que entregar equipamento diverso do licitado sujeita-se às sanções administrativas cabíveis, motivo suficiente para que se unam esforços no intuito de entregar um produto que atenda plenamente às necessidades da Administração Pública.

Diante do exposto, **entendemos que para o item 35 – quadro fixo em vidro temperado, não será exigido o envio da amostra, sendo suficiente o envio de catálogo técnico, em observância à ampla competitividade do certame, isonomia e busca pela proposta mais vantajosa, conforme preceitua o artigo 5 da Lei Federal 14.133/2021. Está correto nosso entendimento?**

Caso o entendimento anterior esteja incorreto, o que não se espera e acredita, **entendemos que a apresentação da amostra poderá ocorrer de modo remoto, visando garantir a aplicação e efetividade dos princípios da economia e celeridade consagrados pela Constituição Federal. Está correto nosso entendimento?**

Por fim, caso a apresentação da amostra ocorra de modo presencial, **entendemos que o equipamento entregue poderá ser contabilizado como parte da entrega. Está correto nosso entendimento?**

4) DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, e pelos fundamentos amplamente debatidos:

1. Entendemos que para o item 35 – quadro fixo em vidro temperado, não será exigido o envio da amostra, sendo suficiente o envio de catálogo técnico, em observância à ampla competitividade do certame, isonomia e busca pela proposta mais vantajosa, conforme preceitua o artigo 5 da Lei Federal 14.133/2021. **Está correto nosso entendimento?**
2. Caso o entendimento anterior esteja incorreto, o que não se espera e acredita, **entendemos que a apresentação da amostra poderá ocorrer de modo remoto, visando garantir a aplicação e efetividade dos princípios da economia e celeridade consagrados pela Constituição Federal.** **Está correto nosso entendimento?**
3. Por fim, caso a apresentação da amostra ocorra de modo presencial, **entendemos que o equipamento entregue poderá ser contabilizado como parte da entrega.** **Está correto nosso entendimento?**

Posto isso, para garantir a competitividade do certame, aguardamos que seja respondido os nossos esclarecimentos.

Certa de Vossa compreensão, agradecemos a atenção dispensada.

Curitiba, 14 de junho de 2024.



SIEG APOIO ADMINISTRATIVO LTDA - ME
LILIANE FERNANDA FERREIRA
CPF: 079.711.079-86